



CUIDOTECA: O CUIDADO COMO EXPERIÊNCIA DE POLÍTICA PÚBLICA

Danielle Ferreira Medeiro da Silva de Araújo – UnB

Grupo de Trabalho: GT 9 – Políticas Públicas, Movimentos Sociais e Interseccionalidade

RESUMO:

O trabalho tem como objetivo apresentar o serviço da Cuidoteca como política pública inovadora coordenada pela Secretaria Nacional da Política de Cuidados/MDS, com intuito de atender ao mesmo tempo quem precisa de cuidado, crianças com e sem deficiência, e, suas cuidadoras. O enfoque é para a participação social dos coletivos de mães estudantes nesse processo de Co construção.

Palavras-chave: Cuidoteca; cuidados; políticas públicas.

1. INTRODUÇÃO

A Cuidoteca é um serviço público novo que, sob a lógica da corresponsabilidade entre Estado, família e comunidade, acolhe crianças de 3 a 12 anos — com e sem deficiência — no período noturno, liberando cuidadores para estudar, se qualificar ou trabalhar, e garantindo ao mesmo tempo o direito ao cuidado, à brincadeira e à convivência respeitosa das diferenças .

É um serviço que integra o Plano Nacional de Cuidados e a Política Nacional de Cuidados. Apresenta como Diretriz a priorização de mães solo e estudantes que ingressaram por ações afirmativas nas universidades públicas , o que evidencia sua preocupação em alcançar de forma interseccional as cuidadoras, em especial as estudantes mães negras.

O cuidado deve ser compreendido como prática relacional, atravessada pelas posições sociais de quem cuida e de quem é cuidado. O chamado “gênero do cuidado” se articula com raça e classe social, revelando desigualdades interseccionais marcadas por múltiplas opressões (Guimarães & Hirata, 2011). Apesar de essencial para a manutenção da vida, o cuidado permanece invisível



nas narrativas econômicas, recai majoritariamente sobre as mulheres e segue desvalorizado por estar historicamente vinculado ao feminino.

Essa desigualdade se expressa no acúmulo de responsabilidades das mulheres e famílias, resultado de uma distribuição desigual do bem-estar entre Estado, mercado e família, o que gera uma “pobreza de tempo” para as mulheres. Além disso, gênero, raça e classe não atuam isoladamente, mas moldam experiências cotidianas por meio de estruturas de desigualdade que antecedem a própria vida dessas mulheres (Akotirene, 2019). Assim, a análise do cuidado exige uma perspectiva interseccional, capaz de captar os sistemas de opressão entrelaçados que afetam, de modo particular, mulheres negras, indígenas, rurais, com deficiência, entre outras (Araújo, 2019, 2023; 2024).

Meus estudos recentes mostram que a institucionalização do cuidado como eixo das políticas públicas representa um avanço significativo. Tais saberes têm raízes em práticas ancestrais e constituem estratégias coletivas de sobrevivência.

2. REFERENCIAL TEÓRICO

No Brasil, a matrícula de crianças de zero a cinco anos em creches e pré-escolas constitui dever constitucional do Estado e direito indisponível, passível de exigência individual pela via judicial (art. 208, IV da Constituição Federal de 1988) , porém ainda persistem diferentes desigualdades de acesso e permanência nesses espaços dependendo do lugar social das famílias brasileiras.

O percentual de acesso a creches para crianças de 0 a 3 anos no Brasil é de 43,3%. Os dados revelam profundas desigualdades: enquanto 60% das crianças pertencentes às famílias mais ricas estão matriculadas, a taxa cai para cerca de 30% entre as famílias de baixa renda . Porém, mesmo que se alcançasse a universalidade das creches, outros períodos que excedem a jornada escolar não são cobertos por serviços públicos.

Além disso, houve uma significativa mudança no perfil do acesso à graduação, com a presença de mais pessoas negras após a aprovação da Lei de Cotas, em 2012, mas a distância em relação aos brancos ainda persiste.



Houve um pequeno aumento na presença de mulheres negras no Ensino Superior entre 2016 e 2019, passando de 15, 2% para 16, 9%, porém a diferença entre as estudantes brancas é de quase o dobro (29,4%). Outro ponto de atenção é em relação à conclusão dos cursos de graduação: em 2012, apenas 6,6% das pessoas negras acima de 25 anos concluíram o Ensino Superior, em comparação com 18,7% das pessoas brancas.

Para além dos dados que já demonstram os desafios que as mulheres — em especial as mulheres negras — enfrentam para se manterem no mercado de trabalho, cabe examinar como essas mulheres poderiam dar continuidade às suas trajetórias acadêmicas em horários alternativos, como no período noturno. Nesse contexto, a experiência da Cuidoteca oferece uma via concreta de superação de barreiras.

3. METODOLOGIA

Este trabalho tem como objetivo contextualizar a criação da Cuidoteca como política pública de cuidado implementada a partir de 2025, fruto da luta de coletivos de mães universitárias pelo direito à permanência na universidade e pela continuidade de suas trajetórias acadêmicas.

O trabalho tem enfoque qualitativo e utiliza como técnica a pesquisa bibliográfica e documental a partir das publicações da SNCF/MDS.

4. RESULTADOS/DISCUSSÃO

resposta a essa necessidade: inaugurada em março de 2025, trata-se de um projeto-piloto realizado em parceria entre a UFF e a Secretaria Nacional da Política de Cuidados e Família (SNCF) do Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome (MDS), que acolhe crianças de 3 a 10 anos no turno da noite (17h-22h) no Colégio Universitário Geraldo Reis (Coluni-UFF) em Niterói (RJ) . Essa iniciativa permite que mães universitárias — muitas vezes responsáveis únicas pelo cuidado dos filhos — assumam disciplinas no período noturno, ampliando sua flexibilidade e sua permanência no ensino superior .



Além disso, o coletivo de mães da UFF (o “Movimento Mães da UFF”) atuou como protagonista na articulação dessa política: sua mobilização realçou a necessidade de um espaço de cuidado próprio para mães que estudam ou trabalham à noite, contribuindo para que a Cuidoteca pudesse ser concebida como política pública institucionalizada .

Ela se propõe a garantir um ambiente seguro, gratuito e acessível enquanto as pessoas responsáveis por cuidado no âmbito familiar — majoritariamente mulheres — estudam, se qualificam ou trabalham, liberando esse tempo e contribuindo para a permanência no mercado de trabalho e nas trajetórias educacionais.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O desenho da Cuidoteca é fruto direto da participação social, uma vez que sua concepção foi impulsionada pela atuação dos coletivos de mães universitárias, que transformaram suas demandas cotidianas em pauta política. No caso da UFF, o Movimento Mães da UFF teve papel central ao evidenciar as barreiras enfrentadas por mulheres responsáveis únicas pelo cuidado infantil e ao reivindicar soluções institucionais para garantir sua permanência acadêmica. Assim, a Cuidoteca não surge apenas como resposta técnica de gestão, mas como resultado de processos de mobilização coletiva que ressignificam o cuidado como direito e consolidam a participação das mulheres na formulação de políticas públicas.

REFERÊNCIAS

AKOTIRENE, Carla. **O que é interseccionalidade?** Belo Horizonte: Letramento; Justificando, 2019. p. 11-68.

ARAÚJO, D. F. M. S.; GÓES, E.; SANTOS, W. C. S. Da casa grande à universidade: uma análise sócio - jurídica do trabalho doméstico e do acesso ao direito fundamental à educação no Brasil. In: SALLES, D. et al. (Org.). **Visões de direitos humanos e fundamentais**. Rio de Janeiro: Multifoco, 2019, p.98 - 114.

ARAÚJO, D.F.M.S. **Reconfigurações nas agendas de cuidados?um estudo comparado entre Argentina e Brasil**. Foz do Iguaçu: CLAEC. 2023.



GUIMARÃES, Nádia; HIRATA, Helena. **Cuidado e cuidadoras**: o trabalho de care no Brasil. Sociologias, Porto Alegre, v. 13, n. 27, p. 32-65, jan./abr. 2011.